



Informativo da

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Brasília, 17 a 23 de agosto de 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Assessoria/MPPOG

Comissão de Trabalho tem semana profícua

Membros da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados realizaram, no dia 11, audiência com o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhor Nelson Barbosa, para tratar da nomeação de candidatos aprovados no concurso do Banco Central do Brasil e já capacitados em curso de formação. A pauta já havia sido previamente discutida durante Audiência Pública desta Comissão, realizada no dia 19 de abril (Requerimentos 17/2015 e 21/2015).

Além do Presidente da CTASP, Deputado Benjamin Maranhão, estavam presentes os Deputados Daniel Almeida e Geovania de Sá, autores dos requerimentos, e os coautores Deputados Ademir Camilo, Alice Portugal, Erika Kokay, Flávia Moraes, Gorete Pereira, Laércio Oliveira e Paulo Pereira.

O Deputado Benjamin Maranhão reuniu-se, no dia 12,

como o Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Senhor Adriano Castanho, e com o Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas, Senhor Eduardo Sanovick para debater o Projeto de Lei nº 8255/2014, do qual é relator. O Projeto trata sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave e já foi aprovado na Comissão de Viação e Transportes.

Já no dia 13, o Presidente da Comissão de Trabalho recebeu o Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Senhor Paulo Gadelha, para debater a valorização dos trabalhadores da Fiocruz e a recomposição de perdas salariais em 2016.

De acordo com o Conselho Deliberativo da Fundação, "O impacto sobre a folha salarial da Fiocruz é de apenas 3,08% (29,1 milhões) e beneficiará diretamente 1380 trabalhadores de nível técnico na Fiocruz".

Mudança na regra para apuração de gastos públicos com pessoal

Agência Câmara Notícias

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 373/14, que estabelece que a despesa com folha de pagamento seja apurada a cada exercício financeiro, e não mais a cada quadrimestre, como exige hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00).

Pela proposta, do deputado André Figueiredo (PDT-CE), a verificação anual do cumprimento dos limites para gastos com pessoal deverá ocorrer até o final do primeiro quadrimestre do exercício seguinte.

A relatora na comissão, deputada Flávia Moraes (PDT-GO), apresentou parecer favorável à aprovação do texto. Segundo ela, a LRF é bastante rigorosa no trato das despesas com pessoal e recomenda a preservação tanto dos critérios de apuração daquelas despesas como dos limites a que as mesmas se submetem. "No entanto,

considerando o próprio êxito obtido na gestão fiscal, já se torna possível realizar tanto a apuração como a verificação em base anual", defendeu.

Ela explicou que os orçamentos públicos referem-se a exercícios anuais para que sejam absorvidas eventuais flutuações sazonais de receitas e despesas. "De forma semelhante, as despesas com pessoal seriam mais bem aferidas e avaliadas caso o responsável pudesse gerilas e ajustá-las ao longo do ano, sem necessidade de recorrer de imediato a medidas drásticas tais como a exoneração de servidores, conforme preconiza a LRF", justificou ao defender a proposta.

Em regime de prioridade, o projeto ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ser votado pelo Plenário.

Vagas reservadas para jovens em contratações para Olimpíadas

Agência Câmara Notícias

A CTASP aprovou o Projeto de Lei 2124/11, que altera o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC – Lei 12.462/11) para determinar que 30% de todos os trabalhadores contratados segundo as regras do regime estejam na faixa etária de 18 a 29 anos.

O RDC define regras específicas para licitações de obras e serviços relacionados às Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016). No caso das contratações, o RDC altera o processo de licitações para dotar a administração pública de mais celeridade na formação dos quadros necessários para lidar com a demanda que surgirá com a preparação para sediar os eventos esportivos. A relatora, deputada Gorete Pereira (PR-CE), emitiu parecer favorável à proposta.

CTASP aprova recrutamento de Juiz leigo para Justiça Federal

A Comissão de Trabalho aprovou, na última quarta-feira (12), o Projeto de Lei nº 1320/11, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá. O PL visa possibilitar o recrutamento de juizes leigos para a Justiça Federal e Juizados Especiais Federais, alterando a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.

O Projeto estabelece, ainda, pré-requisitos para o recrutamento de juizes leigos e conciliadores e prevê a realização de cursos preparatórios e de aperfeiçoamento. O autor da proposta declarou que os servidores titulares de cargo do Poder Judiciário são “sendo profissionais altamente qualificados e capacitados para o desempenho da função de Juiz leigo nos Juizados Especiais Federais”.

De acordo com o Deputado Dr. Grillo, primeiro relator do projeto, o juiz leigo pode exercer todos os atos no processo, com exceção dos atos inerentes ao poder decisório do juiz togado. Segundo o atual relator do projeto, Deputado Benjamin Maranhão, Presidente da CTASP, “a proposição se mostra re-levante e meritória, pois permitirá dar mais agilidade na resolução das demandas na Justiça Federal, na medida em que se utilizará de estrutura semelhante a já adotada nas justiças estadual e distrital e que demonstra ser eficiente nas audiências judiciais. Portanto, se alinha ao princípio administrativo da eficiência”.

Perfil do Parlamentar

Deputado Aureo



Gabriela Korossy - Câmara dos Deputados

Aureo Lídio Moreira Ribeiro foi eleito em 2010 deputado federal, exercendo seu primeiro mandato eletivo. Atualmente, é 1º Vice-Presidente da CTASP e suplente das Comissões de Viação e Transportes; e de Defesa do Consumidor. Logo que chegou à Câmara Federal, criou a Frente Parlamentar em Defesa da Vida, Contra a Legalização do Aborto, do qual é Vice-Presidente.

Escolhido Líder de seu Partido fez parte do Conselho Político da Presidente Dilma.

Instalou a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Telecomunicações com a participação de deputados e senadores, cujo objetivo é buscar uma maior infraestrutura para o setor e promover o aprimoramento da legislação federal sobre o tema.

A Frente Parlamentar também busca melhorar o acesso da população à telefonia móvel, maior cobertura por parte das Operadoras para municípios onde o sinal ainda não chegou e maior acesso à internet para todo brasileiro.

É autor da Emenda ao novo projeto de Lei 7663, de 2010 que define condições de atendimento aos usuários, diretrizes e formas de financiamento das políticas públicas sobre drogas, além da possibilidade de internação voluntária em comunidades terapêuticas.

Também apresentou inúmeros projetos de lei para proteção social da juventude e da criança, como o PL5125/2013.

Agenda

21/08

Mesa Redonda: debater a operação imobiliária que será realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho - TRT, 6ª Região, cujo aluguel mensal será de R\$ 1.950.000,00.

28/08

Mesa Redonda: Visita técnica à obra paralisada da Petrobras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), no município de Itaboraí.

Informativo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Presidente: **Benjamin Maranhão** (SD/PB) | Texto e diagramação: Melina Fleury | Colaboração: Agência Câmara | Fotos: Melina Fleury | Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala 50 CEP: 70.160-900 Fone: (61) 3216-66805 | e-mail: ctasp.decom@camara.leg.br | Site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>